



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA NO NÍVEL FUNDAMENTAL (7º AO 9º ANO)
DA UNIDADE ESCOLAR ARAÚJO LUZ EM PICOS-PI

PICOS (PI)

2013

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA NO NÍVEL FUNDAMENTAL (7º AO 9º ANO)
DA UNIDADE ESCOLAR ARAÚJO LUZ EM PICOS-PI**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, como requisito para obtenção do título de graduado.

Orientador: Prof.^o Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

PICOS (PI)

2013

Eu, **Marcos Antonio da Silva**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 23 de abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586e Silva, Marcos Antonio.
O Ensino de História no nível fundamental (7º ao 9º ano)
da Unidade Escolar Araujo Luz em Picos – Pi / Marcos
Antonio da Silva.- 2013.
CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (53p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): ProfMsc. Francisco Gleison da Costa Monteiro

1. Cultura Afro-Brasileira. 2. Educação. 3. Ensino
deHistória. I. Título.

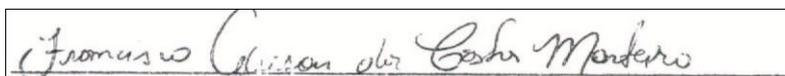
CDD 907

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA

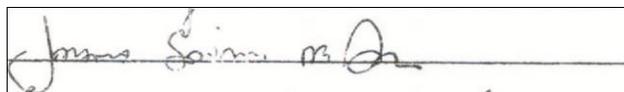
**O ENSINO DE HISTÓRIA NO NÍVEL FUNDAMENTAL (7º AO 9º ANO)
DA UNIDADE ESCOLAR ARAÚJO LUZ EM PICOS-PI**

Monografia defendida e aprovada com nota 8,5 em: 16/04/2013

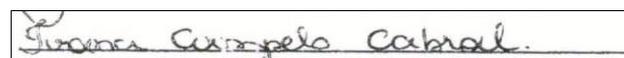
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Orientador
Universidade Federal do Piauí - UFPI



1º Membro
Universidade Federal do Piauí – UFPI



2º Membro
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Dedico principalmente a Deus, a minha esposa Tatiane Luz, ao meu filho Samuel Luze a minha família, pela dedicação, apoio e compreensão ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pelas graças que derrama todos os dias sobre mim e toda minha família.

Aos meus familiares pelo apoio e colaboração ao longo de minha formação acadêmica.

A todos os professores pela paciência, dedicação, companheirismo e incentivo.

Ao Orientador Prof^o. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro pela ajuda, colaboração e dedicação ao longo das orientações dispensadas na elaboração do referido estudo.

Aos meus colegas de turma pela amizade que fora construída no decorrer de todo o período de duração do curso.

E as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

“Eu diria que ensinar História, é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. [...] precisamos ter cada vez mais consciência de que qualquer prática em sala de aula nasce de uma concepção teórica”.

(LEANDRO KARNAL)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Visão externa da Unidade Escolar Araújo Luz em Picos (PI).....	36
Figura 02: Lei 10.639/03- História e Cultura Afro-brasileira nas escolas.....	41
Figura 03: Capoeira é cultura	41
Figura 04: Trabalho escravo nas lavouras	41
Figura 05: Religião africana	42
Figura 06: Diversidade cultural	42
Figura 07: Somos filhos da Mãe África	42
Figura 08: O negro também é brasileiro	42
Figura 09: O fim do preconceito racial	43

RESUMO

O presente estudo tem como temática investigar o Ensino de História no nível Fundamental (7º ao 9º ano) da Unidade Escolar Araújo Luz em Picos - PI, visando aprofundar uma reflexão e análise teórico-prática, acerca do processo de aprendizagem dessa disciplina, evidenciando elementos constituintes da prática pedagógica vivenciada por professores e alunos. Nesse sentido, o ensino de História na educação básica brasileira foi objeto de intenso debate, lutas políticas e teóricas no contexto de resistências à política educacional no período civil-militar brasileiro (1964-1984) e que marcaram de maneira expressiva a construção da história do país. E a Lei 10.639/03 atualiza a tendência do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira priorizando a compreensão da formação da cultura brasileira. Nesse sentido, para o desenvolvimento da presente pesquisa foi entrevistada a professora que ministra a disciplina História no Ensino Fundamental (7º ao 9º ano). Como instrumento de coleta de dados utilizou-se uma entrevista em profundidade, em que foram feitas observações e conversas informais sobre o Ensino de História. A entrevista é uma ferramenta que possibilita um maior contato com o entrevistado e possibilita um vínculo de confiança entre as pessoas envolvidas. Diante de todas as informações contidas nesse estudo, pode-se afirmar que a História, por muitos tempos, ficou conhecida como uma disciplina “decorativa”. Todavia, atualmente essa caracterização está sendo reformulada a partir da construção de um ensino dinâmico, flexível e pautado na formação crítica dos educandos, enquanto sujeitos sociais em contínua formação. Para tanto, o professor em sala de aula deve promover uma prática diversificada envolvendo estratégias como: pesquisas, debates e discussões orais, confecção e exposição de cartazes, murais e painéis evolutivos visando assim, trabalhar de maneira prática e dinâmica os conteúdos programáticos na disciplina.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira. Educação. Ensino de História.

ABSTRACT

The present study is subject investigating History Education level Primary (7th to 9th grade) School Unit Araújo Light on Peaks - PI, to deepen reflection and analysis theory and practice of the process of learning this discipline, showing constituent elements of teaching practice experienced by teachers and students. In this sense, the teaching of history in the Brazilian basic education has been the subject of intense debate, theoretical and political struggles in the context of resistance to educational policy during the civil-military Brazil (1964-1984) and so expressive that marked the history of the building country. And the Law 10.639/03 updated the trend of the Teaching of History and Afro-Brazilian prioritizing the understanding of the formation of Brazilian culture. In this sense, the development of this research was interviewed the teacher who teaches the discipline history in elementary school (7th to 9th grade). As an instrument of data collection used an in-depth interview, in which observations were made and informal conversations on the Teaching of History. The interview is a tool that allows greater contact with the respondent and provides a bond of trust between the people involved. Due to all the data in the study, it can be said that history, by many times, was a discipline known as "decorative". However, this characterization is currently being reworked from the construction of a dynamic teaching, flexible and grounded in critical education of students, while social subjects in continuous training. Therefore, the teacher in the classroom should promote a diverse practice involving strategies such as: research, debate and oral discussions, preparation and exhibition of posters, murals and panels aimed evolutionary thus work in a practical and dynamic the syllabus in the discipline.

Keywords: Afro-Brazilian Culture. Education. Teaching of History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 O ENSINO DE HISTÓRIA EM PAUTA	13
2.1 Expectativas contemporâneas para o Ensino de História	13
2.2 A utilização do livro-didático nas aulas de História.....	16
2.3 Ocurrículo para o Ensino de História.....	18
3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS	20
3.1 O Ensino de História no Nível Fundamental do 7º ao 9º ano.....	22
3.2 A importância da Memória por História Oral para o Ensino de História.....	25
4 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA	27
4.1 A História dos negros no Brasil e o preconceito contra o afro-brasileiro....	27
4.2 Uma das maiores conquistas dos negros.....	31
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
6 O ENSINO DE HISTÓRIA NA U. E. ARAÚJO LUZ	36
6.1 Instrumento e coleta de dados.....	38
6.2 Análise dos dados	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

O presente estudo tem como temática o Ensino de História no Nível Fundamental (7º ao 9º ano) da Unidade Escolar Araújo Luz em Picos (PI), com o intuito de analisar a prática analisando a teoria e avaliando processo de ensino e aprendizagem nas aulas de História, evidenciando elementos constituintes da prática pedagógica vivenciada por professores e alunos.

Partindo dessa premissa, torna-se necessário debater o Ensino de História no Brasil para então, se chegar ao ensino propriamente dito na cidade de Picos (PI), especificamente, na Unidade Escolar Araújo Luz.

Com base em Souza e Pires (2010), é possível fazer uma breve introdução para melhor compreensão de como o conceito de História evoluiu desde o período colonial aos dias atuais.

No Período Colonial, não havia exatamente um Ensino de História, pois a História era utilizada pela Companhia de Jesus, apenas no auxílio à catequese, ou seja, era uma matéria de ensino bíblico ou hagiográfico.

A real discussão sobre o ensino de História no Brasil teve origem em 1837, Período Regencial, quando a disciplina de História foi introduzida com a fundação do colégio Pedro II. Desde sua implantação, muitas questões foram discutidas no que diz respeito a limites, barreiras a serem ultrapassadas para a melhoria do Ensino de História no Brasil.

Na década de 1840, amparado pelo imperador, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passa a ter a função de escrever a história oficial do Brasil, construindo, assim, uma verdadeira identidade nacional. Todavia, é no final do século XIX e início do século XX que enquanto ciência, a História se consolida como disciplina e solidifica metodologias mais apuradas.

A princípio, a História focava em acontecimentos realizados partindo de arquitetais europeus, com o passar dos tempos, esses ideais passaram a adquirir caráter próprio, tipicamente nacional, e apareceram as figuras de heróis como Tiradentes, um mártir da história do Brasil.

Em 1964, com o Governo Militar, houve a junção das disciplinas de História e Geografia, tornando-se Estudos Sociais. Todavia, a partir do fim da década de 70, com a abertura política, os profissionais que trabalhavam nessa área passaram a

lutar pela dissociação de Estudos Sociais, tornando-se disciplinas isoladas, mobilização essa, que surtiu efeito positivo.

Dessa forma, é importante mencionar que o Ensino de História é favorável para construção de uma sociedade crítica e construtiva, capaz de identificar as rupturas e quebra de paradigmas relacionados tanto ao desenvolvimento de sua nacionalidade, como também, do meio social onde está inserido.

Visando a comprovação da pesquisa torna-se importante conhecer como o Ensino de História é conduzido na Unidade Escolar Araújo Luz, tendo em vista ser uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Picos(PI) que trabalha com ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

De forma mais específica, espera-se relacionar os elementos didático-pedagógicos evidenciados no Ensino de História na escola-alvo desse estudo; caracterizar o Ensino de História; bem como, reconhecer a importância da História como elemento condicionante na formação crítica dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, a escolha pelo estudo de tal temática surgiu em decorrência do confronto de fatos e realidades referentes ao Ensino de História. Cabendo tratar a prática partindo da teoria e levando em consideração a realidade da Unidade Escolar selecionada inicialmente, visando delinear o Ensino de História na referida instituição de ensino.

O capítulo 2 trata sobre o Ensino de História em pauta, faz uma abordagem das expectativas contemporâneas, sobre o uso do livro-didático na sala de aula, e a respeito do currículo de história. O capítulo 3 relata a Importância do Ensino de História nas Escolas. No capítulo 4 é abordado sobre a História e Cultura Afro-brasileira regida pela Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08. O quinto capítulo faz um traçado metodológico da pesquisa. E, o capítulo 6 descreve o objeto de estudo da pesquisa, O Ensino de História na Unidade Escolar Araújo Luz. Em seqüências são realizadas as considerações finais do trabalho.

2 O ENSINO DE HISTÓRIA EM PAUTA

Como foi mencionado anteriormente, o Ensino de História foi implantado no Período Regencial, mais precisamente, em 1837, com a fundação do colégio Pedro II. No Período Colonial, a História era associada a educação religiosa, sem tratamento como ciência. No entanto, apenas no final do século XIX e início do século XX, com a articulação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em que a produção da História era difundida nas escolas por meio dos manuais didáticos, a História torna-se viva e passa a valorizar o conhecimento de fatos e acontecimentos nacionais. Tendo em vista que, neste momento, questões como o Descobrimento do Brasil ou a sua Independência surgem para dar sentido à História nacional. (MARLON; LOPEZ; JAYANE, 2011).

Souza e Pires (2010) compartilham da mesma percepção de Bitterncourt (2008), em que, no Período Colonial, o Ensino de História tinha relação com a história sagrada, e/ou com a história biografada da vida de santos e heróis religiosos. A junção das disciplinas de História e Geografia com o Governo Militar e a dissolução das duas disciplinas a partir do fim da década de 70 são fatores de suma importância que marcam a história do Ensino de História no Brasil.

2.1 Expectativas contemporâneas para o Ensino de História

No final do século XX e início do século XXI, a disciplina de História, já consolidada procura enfatizar os principais acontecimentos ocorridos com o intuito de preparar os cidadãos para a compreensão e participação ativa no processo de democratização nacional, mostrando aos alunos como sobreviver em um mundo cada vez mais diversificado, com enes culturas e visões diferentes. (SOUZA; PIRES, 2010).

Nessa nova perspectiva para o Ensino de História a disciplina deve ser trabalhada de modo que os alunos tornem-se capazes de se entenderem como cidadãos e exercerem deveres e direitos políticos, civis e sociais; aprendam a refletir

e posicionar-se com responsabilidade e criticidade de forma construtiva utilizando o diálogo em diversas situações na sociedade, com a possibilidade de tomar decisões com o coletivo. (BRASIL, 1997).

De acordo com Brasil (1997), o Ensino de História proporciona aos alunos a conhecerem a cultura do país visando a obtenção da noção de identidade nacional e pessoal; além do reconhecimento e respeitadas diversidades étnicas, sociais e culturais do país. Quem estuda a história torna-se capaz de notar-se um ser integrante e transformador do ambiente, que contribui para melhoria do mesmo, desenvolvendo um sentimento de confiança no âmbito afetivo, físico, cognitivo, ético, estético e de inserção social.

A História como disciplina possibilita que o educando valorize hábitos saudáveis; comunique-se através da utilização de diversas linguagens; utilize diversas fontes de informação e recursos tecnológicos para construção de conhecimentos, questione a realidade e formule problemas com afinidade de resolvê-los. (BRASIL, 1997).

Entre as expectativas contemporâneas para o Ensino da disciplina de História está o fato de que a escola permite aos alunos o acesso a conhecimentos e fatos produzidos ao longo dos tempos, mas, além disso, deve proporcioná-los a possibilidade de brotarem algo novo. O professor de História deve orientar seus alunos de forma a torná-los seres ativos e capacitados a agir como cidadãos através da conscientização e reflexão proporcionada pelo estudo na disciplina de História. (SOUZA; PIRES, 2010).

Conforme Neta (2012), por muito tempo o estudo da disciplina de História se limitava a decorar datas e eventos, o que deixava os alunos desestimulados com relação a aprendizagem da mesma, sem abrir espaço para uma reflexão sobre os acontecimentos.

Durante muito tempo o Ensino de História no Brasil se restringia a decorar datas e acontecimentos, tornando-o monótono tanto por parte dos alunos quanto do professor que se sentiam (ou se sentem) desestimulados com o ensino-aprendizagem da disciplina. Pautada também numa visão unilateral de heróis e vilões, que em muitos casos enfatizava (ou enfatiza ainda) os feitos de uma única pessoa ou de um grupo de pessoas pertencentes a uma elite social, sem fazer uma reflexão mais crítica sobre os acontecimentos do passado. (NETA, 2012,p.2).

Muitos professores de História ainda não esclarecem aos alunos o verdadeiro sentido do estudo de História, deixando brechas para que os estudantes, a compreenda como uma matéria decorativa, que não tem a mesma importância das demais disciplinas, o que não é nada interessante, levando em conta que os educadores do século XXI devem procurar metodologias de apoio para tornarem as aulas de Histórias mais interessantes, como por exemplo, vídeos, textos complementares, fotos, debates, sem se restringirem ao livro didático. (NETA, 2012).

O professor de História deve tornar a aula mais atraente, eficaz, capaz de preparar o aluno para o exercício da cidadania, proporcionando instrumentos para que os educandos compreendam as transformações recentes. O educador de História deve estabelecer relações com o convívio social dos alunos, esclarecendo suas dúvidas e estando atento para as novas ideias, comenta Rocha (_).

A experiência de um educador em História leva a enfatizar a necessidade de uma reflexão sobre a prática pedagógica para o ensino eficaz, atraente, curioso, abrangente e capaz de instrumentalizar o aluno para a compreensão das profundas transformações recentes, sem esquecer de que o mundo atual é o resultado de um longo e contraditório processo histórico. Partindo dessa perspectiva é que considera-se que os conteúdos sejam trabalhados, de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Sempre que possível, estabelecer relações com o cotidiano do aluno. (ROCHA, _ P.3,4).

O professor tem papel importante na construção do conhecimento histórico, fazendo o aluno a pensar na verdadeira importância do estudo de História para sua vida, preservando o passado e estando atento para o que o mundo tem a seu redor. (NETA, 2012). Portanto, no decorrer das aulas, o professor deve estimular a participação ativa dos alunos com leituras, debates, construção de resumos, resenhas, avaliações escritas e orais e seminários. (ROCHA, _).

De acordo com JÚNIOR (2008,p.12), “trabalhar somente com o livro didático é reduzir as possibilidades de análise e reflexão da história”, pois, cabe ao professor avaliar quais as melhores metodologias a serem utilizadas na atuação pedagógica em sala de aula com seus alunos, e essa escolha deve ser realizada a partir da análise da realidade escolar e social dos alunos.

2.2 A utilização do livro-didático nas aulas de História

O Ensino de História nas escolas tem sido foco de discussões entre especialistas da área e profissionais preocupados com o crescimento positivo da educação no Brasil, pois, sabe-se que para um país adquirir um bom nível de aprendizagem é necessário muito mais que uma teoria simples e seca, existe a necessidade de aprimoramento dos professores e currículos, além de novas práticas pedagógicas e diferentes recursos didáticos para que ocorra o sucesso absoluto tratando-se de ensino-aprendizagem. Dessa forma, assim como para os demais educadores, o professor de História requer de todos estes atributos em prol do bom desempenho de sua tarefa pedagógica para obter uma compreensão por parte dos alunos. (OLIVEIRA, 2010).

Quando se trata de educação, é de suma importância, a forma como os conteúdos são transmitidos, levando em conta que os professores da rede pública de ensino, muitas vezes, trabalham em vários locais para conseguirem o próprio sustento, deixando o tempo reduzido para o preparo adequado de suas aulas, e ainda, existe o fato de alguns terem uma formação inadequada para o desempenho de tal função, tudo isso leva os educadores a se fixarem no conteúdo do livro didático, sem tratar da realidade em que o aluno está inserido. (OLIVEIRA, 2010).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais¹ de História e Geografia apresentam orientações didáticas voltadas ao Ensino de História para que o professor não se fixe apenas no livro didático, mas trabalhe de acordo com a realidade em que os alunos estão inseridos. Desta forma, propõe-se que:

(...) o professor: valorize, inicialmente, os saberes que os alunos já possuem sobre o tema abordado, criando momentos de trocas de informações e opiniões; avalie essas informações, identificando quais poderiam enriquecer seus repertórios e suas reflexões; proponha novos questionamentos, informe sobre dados desconhecidos e organize pesquisas e investigações; selecione materiais de fontes de informação diferentes para que sejam estudados em sala de aula; promova visitas e pesquisas em locais ricos em informações; proponha que os estudos realizados se materializem em produtos culturais, como livros, murais, exposições, teatros, maquetes, quadros cronológicos, mapas, etc. (BRASIL, 1997.p.53).

¹Parâmetros Curriculares Nacionais: PCN's

De fato, a utilização do livro-didático é fator obrigatório nas escolas brasileiras do século XXI, no entanto, como já mencionado anteriormente, este não deve ser o único recurso utilizado pelo educador de História, pois há o interesse de despertar a criticidade por parte dos alunos, é dever do professor instigar a curiosidade do aluno fazendo-o ter interesse pelo conteúdo ao qual está ensinando fazendo comparações com o meio no qual os educandos vivem. No entanto, o livro-didático não pode ser considerado o personagem principal do ensino-aprendizagem, tendo em vista que é um instrumento de apoio que auxilia o professor no desenvolvimento das aulas. (KANTOVITZ, 2011).

Oliveira (2010.p.4) indaga: “podemos perceber a preocupação com uma transmissão crítica dos temas em sala de aula e nos livros didáticos, pois a forma de trabalhar do professor é que vai delimitar ou ampliar o que está contido no livro de História”. Sendo assim, o livro- didático é de fundamental importância para a concretização do processo de ensino- aprendizagem e, seu uso faz-se indispensável, visto que:

Percebendo o livro como parte do universo da cultura escolar será mais fácil compreender as práticas escolares ligadas ao seu uso, além disso, no contexto regional a análise da aplicabilidade, na rede pública, da proposta dos eixos temáticos dos PCN's, se faz necessária, pois vai ajudar a perceber em que medida os professores compreendem e aplicamos conteúdos, currículos e materiais indicados nestes documentos para a área de História. (OLIVEIRA, 2010.p.6).

O livro-didático deve ser utilizado até o ponto que auxilie o educador na sala de aula acompanhado por outros materiais didáticos, sem se tornar o único material didático utilizado no ensino- aprendizagem. Para tudo, “espera-se que, ao longo do Ensino Fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente”. (BRASIL, 1997.p.33).

Diante disso, conhecer os caminhos do Ensino de História no Brasil pode promover um maior amadurecimento nas discussões acerca dos currículos e seus objetivos, criando condições e perspectivas para que o professor ou o historiador a possibilidade de perceber o meio escolar, influenciando de maneira positiva para

que seja despertada a consciência crítica dos educandos, abrindo diálogos e discussões constantes sobre temas referentes ao ensino de História.

2.3 O Currículo para o Ensino de História

Os currículos escolares constituem dados significativos para a formação intelectual no contexto escolar, e estes, devem considerar a situação econômica, cultural, política e social, sendo que esta, aciona casos e pensamentos de diversos períodos e localidades. (KANTOVITZ, 2011).

Para Certeau (2010.p.66), “toda pesquisa historiográfica se articula como um local de produção socioeconômico, político e cultural”. Trabalhar com a História em sala de aula significa conscientizar os alunos sobre o que aconteceu no passado dando-lhes sentido para o desempenho de atitudes a serem tomadas no presente e no futuro. O cidadão torna-se ativo e capaz de compreender o mundo em que vive, além de integrar-se socialmente entendendo o tempo e modificando o seu espaço. (KANTOVITZ, 2011).

Ao elaborar o currículo escolar, independente da disciplina, produzem-se sujeitos dotados de identidades e perspectivas, seja para a vida escolar ou extra escolar. Assim, o currículo além de produzir conhecimento intelectual, também produz identidades. Identidades que são formadas através de normas, valores e conteúdos escolhidos para a produção do saber escolar. (KANTOVITZ, 2011.p.10).

Com o passar dos tempos houve uma mudança na elaboração dos currículos escolares. Inicialmente, existiam as disciplinas avaliadas obrigatórias, como leitura e escrita, noções de Gramática, princípios de Aritmética e Ensino Religioso, além disso, também haviam as consideradas facultativas bem como História e Geografia. (BRASIL, 1997). Todavia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional² que

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB: Lei 9394/96

entra em vigor em 1996 reconhece as matérias de História e Geografia como obrigatória

Para a elaboração do plano curricular houveram muitas dificuldades e disputas sobre a reelaboração de determinados conteúdos para a definição das disciplinas escolares, e “como resultado das disputas, as disciplinas escolares foram obtendo maior autonomia, afirmando seus objetivos, formando um corpo próprio de conhecimentos, desenvolvendo métodos pedagógicos”. (BRASIL, 1997.p.20). Desta forma, os PCN’s destacam, ainda, em Civilização e Nacionalismo:

No plano do currículo, os embates e disputas sobre a reelaboração de determinados conteúdos foram essenciais para a definição das disciplinas escolares, dividindo aqueles que o desejavam baseado em disciplinas mais científicas, portanto, mais técnicas e práticas, adequadas à modernização, e aqueles que defendiam as disciplinas literárias, entendidas como formadoras do espírito.

O currículo escolar que tinha a História e a Geografia como disciplinas distintas foi alterado a partir da Lei n. 5692/71, durante o governo militar, tornando-se Estudos Sociais que se constituiu ao lado da Educação Moral e Cívica, compostos por muitos temas de Geografia que seguem uma mesma linha de estudo. A organização dos currículos com Estudos Sociais tinha como pressuposto que “os estudos sobre a sociedade deveriam estar vinculados aos estágios de desenvolvimento psicológico do aluno, devendo, pois, partir do concreto o abstrato em etapas sucessivas”. (BRASIL, 1997.p. 23).

E é com o retorno da História e da Geografia, a partir do fim da década de 70, após obter a abertura política, que os diálogos entre pesquisadores e docentes do Ensino Médio fizeram com que os conteúdos de História “passassem a ser avaliados quanto às necessidades de atender um público com um presenteísmo intenso, voltado para ideias de mudanças constantes do novo cotidiano tecnológico”. (BRASIL, 1997.p.24).

De certa forma, houve um avanço na elaboração dos currículos, pois como resultado dos embates e disputas, a História passou a ocupar dois papéis no currículo: civilizatório e cívico, em que a escola teria que modelar um novo trabalhador, o cidadão patriótico. (BRASIL, 1997). E, complementa dizendo que a

História forma “ao lado da Geografia e da Língua Pátria, o tripé da nacionalidade”. (BRASIL, 1997.p.20).

3A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS

Nos dias atuais, o Ensino de História é marcado por várias mudanças, e a escola, enquanto formadora de opiniões, competências e habilidades deve estar sempre em busca de atualizações em prol de favorecer uma educação pautada nos ideais de igualdade, compreensão e crítica social, no entanto, esta tarefa não cabe apenas à escola, mas também, da família por ser o primeiro contato dos alunos, sujeitos essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. A família, ao lado da escola, ajuda na construção de uma identidade social para o estudante, pois, como mencionado anteriormente, o ensino de História faz com que os alunos reflitam sobre a realidade em que vivem e sobre aquilo que já aconteceu.

O ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive. (BRASIL, 1997.p.27).

O Ensino de História contribui para a formação crítica do aluno, enquanto ser social, e, para que isso seja concretizado as aulas de História não devem reduzir-se a memorização de fatos, a informação detalhada dos eventos, ao acúmulo de dados sobre as circunstâncias nas quais ocorreram por muitos anos no Brasil. (BRASIL, 1997). Por este fato, os PCN's destacam:

O ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (BRASIL, 1997.p.39).

Para Boutier e Dominique (1998, p.24), “a mais importante das questões da história é redefinir problemáticas, métodos e objetos face às ciências humanas e sociais”. Desta forma, cabe mencionar que na década de 1990, o desejo de mudança em prol da democracia e maior participação política e social dos sujeitos, alguns acadêmicos, que também pretendiam abranger todo o processo educacional, ganharam força com a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996.

A Lei da Educação Nacional (1996) apresentou em seu artigo 2º, como finalidade para educação: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho”. Levando em conta as questões já levantadas, o art. 35 da LDB (1996) contempla a educação para a consolidação e o aprofundamento de conhecimentos, a preparação para o trabalho e a cidadania, para a formação ética, o despertar do desenvolvimento intelectual e do pensamento crítico. E, o ensino de História contempla todos estes itens descritos na Lei 9.394/96, fazendo com que o aluno tenha noção de sua identidade.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (BRASIL, 1997. p.26).

O educando não deve ser visto como um ser passivo, e sim como um agente capaz de transformar a História, sabendo criticar de forma construtiva, e atuar em sociedade. Para que o discente torne-se ativo, Cabrini (2000, p.68) destaca que nas aulas de História, o professor deve “despertar no aluno sua capacidade de se expressar como sujeito de sua própria reflexão a partir de sua realidade”.

O currículo escolar exige o Ensino de História nas escolas pelo fato deste, desenvolver a noção de historicidade e os processos históricos, estimular a reflexão ao causar o confronto de versões e interpretações de um fato histórico, desenvolver a intelectualidade e formar atitudes a partir de debates sobre assuntos nacionais e internacionais, e compreender as diversidades culturais e promover o respeito às diversas formas de cultura. (SIMAN, VILLALTA, NUNES, 2003).

Estudar a História ajuda a conhecer os processos históricos para contribuir na compreensão e solução de problemas atuais e futuros, desenvolver aptidões necessárias ao estudo de diversas fontes históricas, ampliar a leitura, interpretação e produção de textos tratando da intertextualidade, estimular a formação de atitudes com apresentação de ideias, resolver problemas em conjunto, incentivar a reflexão sobre valores individuais e socioculturais em diversos tempos e espaços. (SIMAN, VILLALTA, NUNES, 2003).

No atual contexto político, social e educacional é atribuído ao ensino da História o papel de formar o cidadão que, dentre outras características, seja capaz de compreender a história do País e do mundo como um conjunto de múltiplas memórias e de experiências humanas. (SIMAN, VILLALTA, NUNES, 2003. p.02).

Portanto, o Ensino de História nas escolas é de suma importância por criar condições para que o aluno aprenda a andar com seus próprios pés, partindo da ideia de que o conhecimento histórico não é pronto e acabado, mas que é construído a partir das críticas, reflexões, atitudes e ações desenvolvidas pelos indivíduos em sociedade. “O ensino de História propõe contribuir para a formação de um ‘cidadão crítico’, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive”. (BITTERN COURT, 2008.p.121).

3.1 O Ensino de História no Nível Fundamental do 7º ao 9ºano

O Ensino Fundamental é obrigatório, e gratuito na rede pública, tendo uma duração mínima de (9) nove anos, iniciando-se aos (6) seis anos de idade. (BRASIL, 1996). Nos dias atuais, os jovens tem acesso a diversos meios de comunicação, como televisão, rádio, internet, jornais impressos, e que cada um publica um fato de maneira diferente. Para tanto, é necessário que seja feita uma seleção e comparações das informações recebidas de fontes diferentes.

Sobre os diversos meios de comunicação e a seleção de informações, Libâneo (1998, p.62), analisando o momento atual da educação, se

refere às novas aprendizagens, as diferentes compreensões que os professores necessitam e afirma:

As novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação.

No Ensino Fundamental do 6º ao 9ºano, os alunos devem estudar as similaridades, diferenças, transformações e permanências na vida sociocultural e econômica da localidade em que vivem, considerando o presente e o passado, enfatizando o domínio da linguagem escrita. Desta forma, o adolescente torna-se questionador, capaz de tratar com criticidade da sua identidade e de como é o mundo em que vive. A LDB (Lei 9.394/96), no artigo 32, indica que o Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, partindo de:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996.art.32.p.04).

Conforme a Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental do 6º ao 9ºano (2003) divide os conteúdos básicos comuns para o estudo de História, sendo que, o eixo temático I, tema 1 trata sobre histórias de vida, diversidade populacional: étnica, cultural e regional e, migrações locais, regionais e intercontinentais. O eixo temático II, tema 1 trabalha o Estado Brasileiro e a Nação: Monarquia X República (revoluções liberais, movimentos de contestação no Brasil, monarquia no Brasil, mudanças socioeconômicas e políticas), enquanto o tema 2 faz uma abordagem sobre o Brasil, Nação Republicana com foco na “República de Poucos”, a República Velha e a dominação oligárquico-federalista.

A proposta curricular de Siman, Villalta e Nunes (2003), faz uma abordagem geral dos conteúdos básicos para o Ensino Fundamental II, dividindo o eixo temático III em (4) quatro temas diferentes: o tema 1 versa sobre a Era Vargas (1930-1945), o tema 2 destaca a República Democrático-Populista (1945-1964) com seus avanços e recuos da cidadania e tratamento sobre a Guerra Fria e Internacionalização Econômica; no tema 3, são ressaltados os famosos Anos de Chumbo, os Anos Rebeldes do Período Militar (1964-1985) e, por fim, o tema 4 que discursa o Estado e a Cidadania no Brasil Atual, dando destaque para a República Democrática e o Neoliberalismo (1985 aos dias atuais).

Como já relatado, os PCN's (1997) dão ostentação ao ensino-aprendizagem com temas e questões voltadas para a História do Brasil no Ensino Fundamental, permitindo aos educandos, um conhecimento histórico do Brasil que lhes norteiem em prol da construção da história do Brasil. Assim, propondo um amplo tema aos dois últimos anos da Primeira etapa do Ensino Fundamental, com discussões anteriores, os PCN's (1997) permitiram a docentes e discentes a interpretação e solução de problemas da História do Brasil. Desse modo, a LDB (Lei 9.394/96), em seu artigo 26, § 4º, após uma alteração da Constituição Federal de 1988, aponta que "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia".

Adisciplina de História objetiva preparar o aluno para conhecer e atuar nos processos de construção da cidadania e democracia no país, atuando de maneira ativa e consciente na sociedade da qual faz parte. A esse respeito, Gasparello (1996, p.90-91) acrescenta:

As novas orientações para o currículo de ensino de história permitem promover uma prática pedagógica aberta e dinâmica, preocupada fundamentalmente com a questão da cidadania. Tal questão nos remete à necessidade de instituição de uma escola que se preocupa com a formação – e nesse sentido o projeto de situar o aluno no seu contexto histórico, afim de capacitá-lo para agir e transformar, e não apenas para atuar e reproduzir.

Portanto, a disciplina História, já consolidada na escola, busca responder, com maior autonomia, aos questionamentos dos variados processos humanos através do tempo e, ainda, tem buscado preparar o cidadão para entender e participar dos processos democráticos do Brasil, auxiliando o aluno a lidar com diversas situações em um mundo com enes culturas e várias faces.

3.2 A importância da Memória por História Oral para o Ensino de História

O estudo da História possibilita que surjam pesquisas entrelaçadas umas nas outras, tendo em vista que esta realiza um estudo sobre o passado para fazer uma análise de determinado acontecimento, que serve de registro para possíveis estudos. Um tipo de história muito utilizado é a história oral que relata fatos sucedidos no passado, transmitidos por depoimentos orais retratados a partir da memória do entrevistado.

De acordo com Avelar; Cristina (2011), o passado e o presente estão acoplados e a responsável por tal ligação é a memória, parte importante da história oral, tendo em vista que, se não existir alguém que lembre os fatos ocorridos, muitas vezes, não há como registrar acontecimentos importantes que possam nortear conceitos ou ajudem a refletir para solucionar questões futuras.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que realiza um trabalho historiográfico com fontes orais partindo da memória dos entrevistados, ela acontece gravando entrevistas com pessoas que servem de testemunhas de fatos ocorridos, estabelecimentos, formas de vida, uma história construída com a memória das pessoas. (FREITAS, 2006). “A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores”. (FREITAS, 2006, p.79).

A história oral no contexto geral é vista como uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. (AVELAR, CRISTINA.2011.p.5).

A metodologia de história oral facilita a compreensão de fatos do passado, abrindo espaço para ouvir várias versões e filtrá-las até encontrar a mais próxima do real. Quando o gravador é utilizado com um fim historiográfico, para compreender acontecimentos do passado, o entrevistador está trabalhando com a história oral.(FREITAS, 2006).

Denominamos de moderna História Oral aquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método. (FREITAS. 2006.p.27).

A história é tão antiga quanto à humanidade, pois tem ascendência nos mitos e na tradição oral. A filosofia e a história estão associadas, levando em consideração que ambas procuram explicar a origem e a vida, e que surgiram em tempos remotos. De acordo com Le Goff (1996), etimologicamente, a palavra “história” vem do grego antigo *historie* e significa aquele que vê e se informa, a história surgiu no século V antes de Cristo (a.c), nas sociedades ocidentais, na antiguidade grega.

Trabalhar a história promove atividades de pesquisas, de investigação, prática realizada por docentes e discentes no Ensino Fundamental e Médio. Complementando a abordagem que antecede, Diehl (2002,p.227) faz a indagação:

[...] os alunos do ensino fundamental e médio podem,juntamente com seus professores, tornar-se pesquisadores nas suas localidades, buscando informações,construindo o conhecimento histórico a partir da investigação da memória de seus familiares, de patrimônios históricos, de obras de arte, de jornais da época. Trata-se de possibilitar ao aluno, quando possível a manipulação direta do objeto em estudo.

A investigação da memória dos familiares dos alunos do ensino fundamental e médio é um exemplo típico de história oral, e a fala de Diehl (2002) comprova a teoria de que a memória por História Oral é de fundamental importância para o estudo de História, tendo em vista que auxilia na compreensão da formação dos processos históricos,e na aquisição de conhecimentos e habilidades, além de promover a formação de atitudes e valores.

4 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A história da formação brasileira teve início com a povoação da população indígena. Todavia, o processo de colonização principiou com a chegada dos portugueses no Brasil, na segunda metade do século XV e início do século XVI. O Brasil é o país com a maior população negra fora da África. Daí a importância de enfatizar a chegada e a preservação do negro na sociedade brasileira. Dos negros daquela época resta a cultura, as tradições e os costumes de um povo que contribuiu para a formação do povo brasileiro. (LIMA, 2010).

“No fim do século XIX começaram a ser definidas as ideias de cultura como o conjunto de modos de pensar, sentir, agir de um determinado grupo de pessoas”.(LIMA, 2010.p.02). São vários os conceitos de cultura, para Thompson (1995), cultura são crenças, valores, costume e hábitos que produzem a arte de uma sociedade.

A cultura a ser tratada neste momento é a cultura do Brasil, com ênfase na cultura afro-brasileira. Em consequência de uma colonização edificada por diversos povos, o Brasil é um país rico em diversas culturas, tendo em vista que os brasileiros adquiriram costumes e tradições de portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros. (LIMA, 2010).

4.1 A História dos negros no Brasil e o preconceito contra os afro-brasileiros

Os negros tem uma cultura evidente proveniente de toda sua história cheia de preconceitos e sofrimento. Luna (1968) afirma que não há como falar em cultura afro-brasileira sem mencionar o período de escravidão no Brasil. Para os colonizadores, os índios tinham baixo preço para mão de obra, enquanto os negros eram comercializados como mercadorias de alto valor, por serem considerados fortes para o trabalho pesado nas lavouras de cana-de-açúcar.

Lima (2010) relata que negociavam escravos de várias regiões da África, principalmente, de Luanda e Benguela e, estes, eram trocados por utensílios,

tecidos, armas e aguardente do Brasil. O processo de negociação demorava muito tempo. E Lima (2010, p.5) reforça: “A cada dia as trocas de escravos por mercadorias se arrastavam. Devido a este processo lento, um navio poderia levar até seis meses para completar a carga e retornar ao ponto de origem”.

Em 1850 foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz, pelo próprio Eusébio que proibiu de uma vez o tráfico de escravos para o Brasil. O tráfico externo foi evitado, mas o interno contínuo acontecendo nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia cultivo de café. (LIMA, 2010).

O preço dos escravos era definido pelo sexo, idade e especialização, mas dependia, sobretudo, de sua condição física. O destino dessas peças estavam nas mãos dos senhores, que podiam alugar, vender, hipotecar, segurar ou penhorar suas novas propriedades. O preço dos escravos variou muito durante os quatro séculos de sua comercialização. Após o final do tráfico, em 1850, o valor dos cativos dobrou. (LIMA, 2010.p.9).

O mundo dos escravos era resumido a muito trabalho, e as chances de conseguir alforria eram remotas e a jornada de trabalho era extensa, os negros eram, muitas vezes, chicoteados até a morte como punição pelo descumprimento de alguma ordem de seu dono. Alguns se tornavam escravos domésticos e estes eram escolhidos conforme sua aparência.(MOURA, 1996). Entre estes estavam:

...as mucamas, pajens, amas-de-leite, amas-secas,cozinheiras, cocheiros, lavadeiras, copeiros e garotos de recado. No entanto, esses cativos representavam uma minoria e não raro distanciavam-se dos demais. Uma velha ladainha dizia: Negro no eito vira copeiro, não óiamais pra seu parceiro. (MOURA, 1996, p.12).

Lima (2010) comenta que muitos negros guardavam um desejo de vingança e, reagiam com fugas, massacres contra as famílias dos seus donos, ou, quando possível, negociação da carta de alforria. Os escravos que conseguiam fugir e não eram recapturados passavam a viver em Quilombos, como de Palmares e Zumbi.

Os quilombos, nos quais os escravos fugidos reconquistavam sua liberdade, podiam estar afastados de qualquer núcleo de colonização

ou mais próximos de um arraial ou uma cidade. Nos mais isolados, os quilombolas viviam do cultivo da terra, da caça, da pesca, produzindo seus tecidos, seus potes, suas cestas, seus instrumentos de trabalho e armas. (SOUZA, 2008, p. 98).

“O Quilombo dos Palmares representa nos dias de hoje o verdadeiro símbolo da luta do movimento negro”, declara Lima (2010, p.13). Zumbi foi um grande líder negreiro, mas foi morto e o quilombo terminou sendo destruído no dia 20 de novembro de 1695, e esta data foi escolhida para comemorar o Dia da Consciência Negra. (LIMA, 2010).

Apesar de tanto trabalhar, como qualquer outra população, os negros tinham uma rica cultura, repleta de danças, canções, entre lutas dançadas: a capoeira que também servia como modo de defesa contra a intolerância dos senhores de escravos. A culinária negra está refletida, principalmente, na Bahia, com pratos de nomes exóticos como acarajé, vatapá, aluá, xinxim de galinha, inhame, cará e, até mesmo, a banana fazem parte do cardápio, tipicamente africano. Obumba-meu-boi, maracatu e o busca-pé fazem parte da cultura negra mais presente na região Nordeste do Brasil. As religiões dos negros também refletem a cultura negra no país. (LIMA, 2010).

Durante o século XIX foram substituídos por pais e mães-de-santo nos candomblés e das umbandas. As religiões afro-brasileiras cresceram sempre, não apenas levadas pelo aumento crescente da população, mas também pelo número de adeptos que crescia a cada dia. Nos ritos a presença africana é evidente quando se observa, nos terreiros de candomblé e umbanda, a postura dos corpos, os gestos, a dança em círculo, sempre sob o som nostálgico dos tambores. Aliás, estes são considerados sagrados e não podem ser tocados por qualquer um. (LIMA, 2010.p. 17).

No século XVIII, a Revolução Industrial que conviveu com ideais e pensamentos convergentes, teve pensadores como Montesquieu e Rosseau que apoiavam os princípios de igualdade e liberdade que marcaram a Revolução Francesa de 1789. Com base nestes princípios, pensadores europeus passaram a exigir a abolição da escravatura.(BAZZAN, 2006). Nesse período, no Brasil:

... já contávamos com vários abolicionistas, os quais é importante citar: José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Luís Gama, Antônio Bento, Rui Barbosa, entre outros. Importante ressaltar a pressão inglesa sobre o Brasil para a abolição dos escravos. (BAZZAN, 2006.p.11).

Foram muitas as reivindicações e, quando o Brasil tornou-se um país capitalista, era inaceitável que o país continuasse mantendo a escravidão. E, em 1888, a princesa Isabel promulgou a Lei Áurea que tornou a escravidão vedada por ordem jurídica. Sendo assim, a abolição da escravatura, passou a ser considerada, como um dos movimentos sociais de maior importância para a História do Brasil. (BAZZAN, 2006).

Como reflexo de uma longa história de dominação e submissão dos negros em relação aos brancos, os negros foram vítimas de preconceito por muito tempo, mesmo após a abolição da escravatura, pois ainda predominava na mente de alguns brancos que existia a diferença entre um e outro. Em pleno século XXI, o preconceito contra os negros ainda é algo existente, mesmo com tantas leis e reivindicações que reforçam os ideais de liberdade e igualdade. Mas, aos poucos, o negro tem procurado encontrar o seu espaço na sociedade contemporânea. (LIMA, 2010).

O sistema de cotas para negros é mais uma de suas conquistas, no entanto, Pereira (2010) afirma que esse sistema é inconstitucional, pois fere a própria Constituição Federal, no que diz respeito ao princípio da igualdade, pois está previsto em seu artigo 5º:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...)”.

E Pereira (2010) ainda complementa que a lei deve ser aplicada igualmente à todas as pessoas, sem prejudicar ou beneficiar qualquer pessoa, tendo em vista que os brancos e os negros tem a mesma capacidade para ingressar no Ensino Superior. “esta é uma medida equivocada do governo brasileiro de demonstrar que se preocupa em resolver os problemas sociais que afetam a população negra alvo de discriminação”. (PEREIRA, 2010.p.4).

Para Pereira (2010), a solução para o combate a discriminação racial é o investimento na educação pública para que todos tenham chances iguais de ingresso no Ensino Superior.

4.2 Uma das maiores conquistas dos negros

O autor Florestan Fernandes (1991) realiza críticas sobre as mudanças sociais no Brasil, partindo do questionamento do “mito da democracia racial” o qual acredita que impediu a mobilização do negro e naturalizou a discriminação racial no país.

Dessa forma, no mês de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, e inclui em seu currículo oficial, a obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-brasileira e africana e, esta é uma tentativa de acabar com o racismo e a discriminação dos negros nas escolas do Brasil.

No ano de 2003, foram criadas políticas públicas com o intuito de atender às reivindicações do movimento negro e é promulgada a Lei nº 10.639/03. A lei modifica o conteúdo dos Art.26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e destaca a importância do Ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar, além de inserir o dia 20 de Novembro no calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra.

A lei que estabelece obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira, também determina entre outros: a) a revisão dos currículos a fim de adequá-los a lei; b) qualificação de professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico; c) que a implementação fica a cargo do poder executivo. (OUANE; SHEPARD; GRIGSBY; FÁVERO; HENRIQUES, 2005, p. 33).

Para assegurar o cumprimento do artigo 5º da Constituição Federal, que como mencionado anteriormente, prevê o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e propriedade, a Lei 10.639/03 acrescentou dois artigos na LDB (Lei 9.494/96), havendo algumas alterações pela Lei 11.645/08, que também adiciona a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena ao lado da afro-brasileira:

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados, torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. **Art.79-B** – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 1996. Art.26-A e 79-B).

Para Brasil (2004, p. 9), com a prática da Lei 10.639/03, o Estado estará garantindo o “direito à igualdade de condições de vida e cidadania”, além de estar garantindo a “igualdade de direitos às histórias e à cultura que compõe a nação brasileira”, abrindo “acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros/as”.

A Deliberação Estadual 04/06 bem como a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, trata no art.2º sobre o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino e expõe que o mesmo deverá:

(...) garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemplem, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. (EDUCAÇÃO, 2006. Art. 2º).

A educação podemoldar a vida de um aluno que tenha incentivo por parte da família, se interesse em aprender e procure estar se atualizando através dos meios

de comunicação de massa que, diariamente, transmitem um pouco da História da humanidade.

Libâneo (1998,p.68) faz um complemento sobre as novas exigências educacionais:

As novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação.

As aulas de História reforçam a compreensão do que aconteceu no passado para a tomada de decisões futuras de suma importância à vida de cada cidadão, além disso, as lições devem estar ajustadas à nova sociedade que aceita diversas culturas. Portanto, não há como ser cidadão sem aprender a respeitar ao próximo e conhecer valores de um passado não tão distante, fazendo esboço de um povo que fez parte da formação da população brasileira e contribuiu para enriquecer a cultura do Brasil, os negros africanos e afro-brasileiros.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho monográfico teve início com uma pesquisa bibliográfica, para tanto, realizou-se um estudo da temática em livros, artigos científicos, leis, diretrizes e parâmetros curriculares e demais bibliografias relacionadas ao tema. A partir da pesquisa bibliográfica realizada foi possível adquirir maior conhecimento com relação ao tema abordado, de maneira a compreender o que seria utilizado como base para a aquisição de dados na realização do trabalho. Para Stumpf (2006), a pesquisa bibliográfica é a base de toda e qualquer pesquisa, ou seja, planejamento global para o início de qualquer trabalho.

Pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é

apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento dos pensamentos dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. (STUMPF. 2006.p.51).

Para a realização do trabalho utilizou-se de pesquisa qualitativa, pois a mesma permite trabalhar com os sentimentos e falas dos envolvidos no estudo. De acordo com Minayo (1994), trabalhar com a pesquisa qualitativa é deixar de avaliar a quantidade para dar importância à qualidade.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994. p. 21 e 22).

Após a realização de pesquisa bibliográfica com prioridade na qualidade das informações e situações, foram realizadas entrevistas em profundidade com personagens que de alguma forma se relacionavam com o tema e a observação participante, tendo em vista que após observar algumas aulas de História, foi desenvolvida uma exposição de fotos com temática negra para um debate sobre História e Cultura Afro-brasileira, de forma a complementar a pesquisa bibliográfica realizada.

A entrevista em profundidade procura explorar como funciona o Ensino de História no Nível Fundamental (7º ao 9º ano) da Unidade Escolar Araújo Luz em Picos-PI, de modo a permitir que o assunto seja compreendido, analisado e interpretado. Esta é uma técnica de entrevista que dá abertura para novas mudanças, por ser flexível e dinâmica no momento de sua realização.

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. (DUARTE, 2006, p.64).

Conforme Duarte (2006), a entrevista em profundidade permite que as perguntas e as respostas sejam mais flexíveis, deixando entrevistador e entrevistado mais a vontade, deixando que as informações fluam com mais qualidade, tornando-as mais profundas e mais ricas em detalhes, não havendo a preocupação com a quantidade, cálculos ou hipóteses. “Nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo”. (DUARTE, 2006.p.68).

Com base no modelo de tipologia de entrevistas exibido por Duarte (2006), as entrevistas realizadas são abertas, pois, os entrevistados tiveram um tema apresentado para as respostas fluírem livremente. Novas perguntas serão realizadas a partir das informações obtidas pela primeira questão, aprofundando, assim, o assunto abordado. Todavia, o entrevistador não deve se perder na entrevista, pois é necessário que mantenha o seu foco.

Em relação aos instrumentos utilizados durante a entrevista, o gravador enriquece os detalhes das informações e os blocos de anotações para anotar algo que deva ser destacado, como nomes de pessoas, idade, profissão, entre outras informações.

Como mencionado anteriormente, a observação participante foi mais uma técnica utilizada para obter o aprofundamento das informações, pois o autor se inseriu no ambiente escolar para observar e atuar em prol de uma maior percepção da realidade do Ensino de História no Nível fundamental do 7º ao 9º ano da Unidade Escolar Araújo Luz. Para tanto, Gil (1999) considera a observação participante como uma observação ativa, pois o pesquisador passa a ter o conhecimento real sobre as diversas situações na sala de aula e conhece melhor o grupo e seu mestre.

(...) o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior do mesmo. (GIL. 1999.p.113).

Portanto, conforme a classificação de Gil (1999), existem dois tipos de observação participante: a natural na qual o pesquisador se insere no ambiente da pesquisa e, a artificial. A observação utilizada por esta pesquisa monográfica foi a artificial. Gil (1999) afirma que a observação participante artificial acontece quando o

pesquisador não faz parte do grupo ou comunidade e tenta retalhar detalhes de uma natureza presenciada, partindo de análise e investigação dos fatos a serem tratados na pesquisa realizada.

6 O ENSINO DE HISTÓRIA NA U. E. ARAÚJO LUZ

A análise foi realizada na Unidade Escolar Araújo Luz, localizada à Rua Egídio Francisco da Luz, nº534, no Bairro Ipueiras, município de Picos - PI. O estabelecimento de ensino oferece à comunidade escolar os cursos de Ensino Fundamental, no período matinal, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno. A escola contém cinco (5) salas de aula, uma (1) sala de informática, uma (1) biblioteca pequena, uma (1) sala dos professores, uma (1) secretaria, um (1) pátio, um (1) banheiro feminino, um (1) banheiro masculino e um (1) banheiro para os funcionários. A escola dispõe de duas (2) diretoras, uma titular e uma adjunta.

Inspirada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Unidade Escolar Araújo Luz procura proporcionar uma educação de qualidade voltada para o desenvolvimento integral dos educandos, além de integrar a família e a comunidade em projetos pedagógicos que melhorem a eficácia do processo ensino-aprendizagem.



Figura 1: Visão externa da Unidade Escolar Araújo Luz

De acordo com Edinamara, diretora titular da escola, são realizadas reuniões e palestras com os pais dos alunos do Ensino Fundamental e, quando necessário, a presença dos pais do Ensino Médio é solicitada para dialogar com a direção sobre indisciplina ou elogio com relação ao discente.

Dessa forma, a instituição de ensino possui uma filosofia de trabalho direcionada a oferecer diariamente um ensino de qualidade, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, respeitando as diferenças e valorizando a ética, implantando ações inovadoras, que a cada dia diversificam o plano pedagógico desenvolvido no seio escolar.

A escola segue o calendário escolar como 200 dias letivos distribuídos em 800 horas de efetivo exercício, elaborado pela Secretaria de Educação e adaptado conforme a necessidade da escola. Os eventos e datas comemorativas são planejados pelos professores e funcionários da escola juntamente com o coordenador e diretor.

De acordo com Remédios Lima, professora de História do Ensino Fundamental do 7º ao 9º ano, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana é trabalhado apenas em datas comemorativas, não disponibilizando um tempo apenas para o ensino-aprendizagem desta temática. “Geralmente, realizamos pesquisas sobre essa temática em datas comemorativas”, e este trabalho é realizado por toda a escola, tendo em vista a importância de trabalhar a formação do povo brasileiro com sua história e cultura.

A relação entre a família e a escola é positiva e direta, pois o estabelecimento de ensino procura estar sempre informando aos pais sobre o desempenho dos alunos nas atividades, comportamento na escola, desenvolvimento de projetos diferentes, prestação de contas da unidade escolar. A família dos alunos tem contato direto com a escola, por meio de reuniões, palestras, e participação ativa no Conselho Escolar.

É importante mencionar que a escola dispõe de uma diretora titular, uma diretora adjunta, três zeladoras, duas merendeiras, e dois vigias. Não foi disponibilizado um número exato de docentes da escola pelo fato da mesma estar esperando receber alguns professores celetistas do Estado. Além disso, toda a comunidade escolar também faz parte da administração da escola, levando em conta que participa do planejamento e execução das atividades.

O plano de curso fundamenta-se em orientações baseadas em uma cópia de um documento expedido pela Secretaria Estadual de Educação, tendo a participação e o envolvimento de todos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na escola funciona um Conselho Escolar, composto pelos pais, docentes e funcionários da entidade, desempenhando as atividades com democracia.

Tratando de forma democrática, a relação entre administração, professores e alunos é de boa qualidade, com diálogos e exposição de ideias. Portanto, o processo avaliativo da escola é feito levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos.

Nesse sentido, a professora de História no Ensino Fundamental (7º ao 9º ano), Remédios Lima, foi entrevistada para o desenvolvimento da presente pesquisa.

6.1 Instrumentos e coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de uma entrevista em profundidade em que foram feitas observações e conversas informais com a entrevistada da escola-alvo da pesquisa frente ao ensino de história. Além disso, realizou-se uma observação participante que facilitou a compreensão da importância do Ensino de História nas escolas.

As questões fluíram livremente sendo que uma pergunta guiava a formulação da próxima. A entrevista foi realizada no momento da observação das aulas. Seguem as perguntas na sequência a seguir:

QUESTÕES APLICADAS AO EDUCADOR DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL (7º AO 9º ANO):

Remédios Lima, formada em Licenciatura Plena em Letras/Português.

- 01-Existe alguma dificuldade de lecionar uma disciplina que não tem a devida formação?
- 02-Quais as turmas em que trabalha como docente de História?
- 03-As diretrizes curriculares de História são seguidas em suas aulas?
- 04-Qual a importância do Ensino de História para os alunos do século XXI?

- 05-Quais são os materiais didáticos mais utilizados nas aulas de História?
- 06-Como professora de História, você costuma seguir apenas o livro didático ou costuma utilizar outras fontes de pesquisa?
- 07-Costuma seguir corretamente o calendário acadêmico?
- 08-Quais são os conteúdos trabalhados na disciplina de História do 7º ao 9º ano do Ensino de Fundamental no mês de março de 2013?
- 09-Quais são as maiores dificuldades do ensino-aprendizagem na Unidade Escolar Araújo Luz?
- 10- Quantos alunos compõem as turmas do 7º ao 9º ano do ensino fundamental na Unidade Escolar Araújo Luz?
- 11- Como docente de História com formação em Letras/Português, você tem conhecimento do que se trata a Lei 10.639/03? Caso tenha conhecimento, você trabalha a temática desta lei em suas aulas?

Foi possível observar que apesar de não trabalhar na área de formação, a professora desempenha muito bem o papel como docente de História. A mesma procura se preparar com pesquisas, diferentes materiais didáticos, apoio do livro didático, vídeos e notícias jornalísticas, tendo em vista que procura associar um fato ocorrido no passado com o que acontece no presente e o que pode ocorrer no futuro. Complementa a professora Remédios Lima: “Muitas vezes, o professor que tem a formação em determinada disciplina e ministra outra, desenvolve melhor o trabalho que um professor que leciona a disciplina em que se formou, pois o primeiro procura realizar uma pesquisa mais aprofundada para que seja adquirida a confiança devida em prodo bom desempenho de seu trabalho”.

Na rede estadual de ensino, as lotações de professores levam em conta o local mais próximo da residência dos professores no momento de fazer a lotação das escolas, além disso, estes profissionais necessitam cumprir uma carga horária de 20 ou 40 horas, por este fato, muitos docentes acabam tendo a necessidade de trabalhar com a disciplina de sua formação em algumas turmas e complementar o horário com outras disciplinas em outras turmas, o que muitas vezes, pode atrapalhar no processo de aprendizagem, não sendo este o caso da professora entrevistada que desempenha seu papel de docente com esforço e dedicação.

Em seguida serão apresentadas as questões informais que foram levantadas aos alunos em grupo, nas turmas do Ensino Fundamental (7º ao 9º ano) que não serão identificados por não se tratar da prioridade da pesquisa.

QUESTÕES APLICADAS AOS EDUCANDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (7º AO 9º ANO) DA UNIDADE ESCOLAR ARAÚJO LUZ:

- 01- No seu ponto de vista, o que é História?
- 02- Qual a importância do estudo de História?
- 03- Quais são os materiais didáticos mais utilizados nas aulas de História?
- 04- Qual o conteúdo de História que você mais gosta?
- 05- O que você acha do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira?
- 06- Como é tratada a questão do preconceito racial em sua escola?

É possível observar que no decorrer de todo trabalho houve ênfase no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, pois como a Lei que determina esta temática deve ser tratada em História, Literatura e Artes, ainda é um tabu, pois os conteúdos não estão descritos separadamente nos livros-didáticos, e os professores de história trabalham apenas, superficialmente, em História do Brasil e em datas comemorativas.

Por este motivo desenvolveu-se um debate entre os alunos do 9º ano, partindo de fotos com caracteres negros, fazendo assim, uma retrospectiva do que ocorreu no passado, em tempos de colonização para então, chegar aos dias atuais. Questionou-se: Qual é a maior conquista do negro no Brasil, do final do século XX e início do século XXI? E respondeu-se: a promulgação da Lei 10.639/03 que foi criada para combater o preconceito racial nas escolas e na sociedade, mostrando a importância dos mesmos e as qualidades para a formação de um verdadeiro cidadão, tendo em vista que esta lei surge antes da Lei 11.645/08 que, apenas acrescenta o ensino obrigatório de História e cultura indígena. Seguem as fotos utilizadas no debate e alguns comentários importantes tratados no trabalho desenvolvido.

Com a figura a seguir em amostra, levantou-se a questão: Por quê estudar a história e a cultura afro-brasileira nas escolas? E as respostas variavam: para conhecer a História do Brasil, para saber como os negros faziam para sobreviver em

período de colonização, para incluir os negros nas escolas. E a resposta que mais completou o sentido da imagem foi “em prol de mostrar a importância desta cultura para a formação do Brasil visando a extinção do preconceito racial que parte da conscientização”.

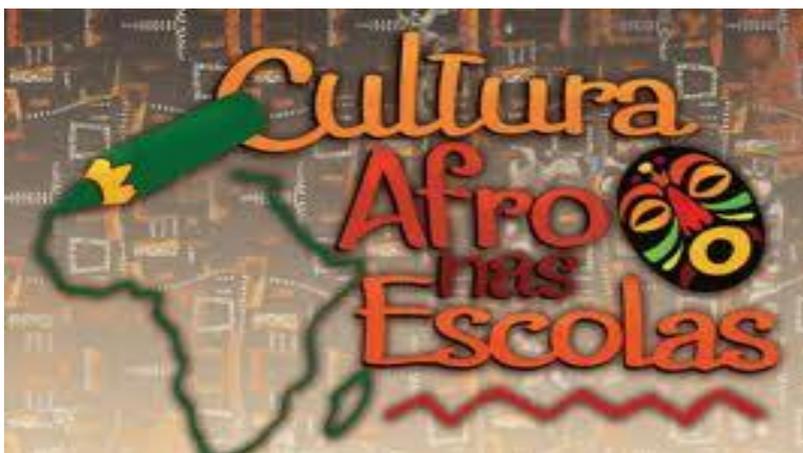


Figura 2: Lei 10.639/03- História e Cultura Afro-brasileira nas escolas

A figura 3 instigou comentários sobre a Capoeira como cultura, esporte e instrumento de defesa dos negros contra os senhores de escravos. Foi citada a novela Lado a Lado, da Rede Globo de Televisão em que o ator Lázaro Ramos que fazia o papel de Zé utilizava a capoeira como defesa contra as injustiças sociais que desfavoreciam a população negra.



Figura 3: Capoeira é cultura Figura 4: Trabalho escravo nas lavouras

Ao visualizarem a figura 4 em questão, questionou-se sobre o tráfico de negros para o Brasil. Interrogou-se: se os índios já moravam no Brasil quando os portugueses chegaram em suas terras, por quê os colonizadores preferiam a mão de obra dos negros traficando-os da África que a dos nativos? O debate chegou a conclusão que os portugueses preferiam a mão de obra negra porque eles acreditavam que os mesmos tinham mais força para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e café.



Figura 5: Religião africana



Figura 6: Diversidade Cultural

Foi despertado o interesse para o debate sobre as diferenças de cultura e religião, sendo ressaltada a religião Umbanda com danças e diversos rituais advindos da cultura africana, com usos de tambores e destaques de cores distintas.



Figura 7: Somos filhos da Mãe África



Figura 8: O negro também é brasileiro!

As duas últimas figuras mostradas obtiveram comentários muito parecidos advindos de alunos diferentes: Filhos da Mãe África, pois a formação do povo brasileiro é composta de pessoas de todos os continentes, por isso, o negro também é um brasileiro. O negro é a cara do Brasil.

Ao final, com a figura abaixo foi exposto aos alunos que o verdadeiro intuito do estudo dessa temática é a luta pelo fim do preconceito racial, então, incentivou-se que todos plantassem uma nova sementinha em suas vidas como cidadãos prevendo o direito a igualdade entre as pessoas de diferentes etnias. Observe a imagem a seguir, pois mostra a união entre brancos e negros e o crescimento de uma nova nação.



Figura 9: O fim do preconceito racial

O debate perdurou por 30 minutos e foi de fundamental importância para promover a integração social, desenvolver habilidades de reflexão sobre a vida e o mundo, para o trabalho da formação de cidadãos críticos e conscientes. Após apresentação dos instrumentos e coleta de dados, na sequência a análise de dados levará em consideração a qualidade dos fatos apurados e não a quantidade.

6.2 Análise dos dados

Após a coleta de dados foi executada à etapa de apresentação e análise qualitativa dos resultados obtidos culminando com a organização dos dados para a produção das considerações finais.

A professora Remédios Lima é graduada em Licenciatura Plena em Letras/Português e Especialista em Libras. Além de ser professora de História da Unidade Escolar Araújo Luz, a docente trabalha como professora da sala de recursos especiais da Unidade Escolar Landri Sales, em Picos-PI. Como é possível observar, Remédios Lima é graduada em uma área e trabalha em outra. Levando isso em consideração, lançou-se a pergunta: Existe alguma dificuldade de lecionar uma disciplina que não tem a devida formação? A mesma respondeu que caso o trabalho seja na mesma área que a de sua formação, como em seu caso, por exemplo, em que Letras/Português e História são da área de Humanas, as dificuldades são quase nulas, no entanto, se a formação for em Humanas e tiver que dar aula de uma disciplina de exatas, ou seja, com cálculos, o grau de dificuldade será um pouco maior.

A Unidade Escolar Araújo Luz possui duas professoras de História de Ensino Fundamental II, sendo que uma trabalha apenas com o 6º ano e Remédios Lima leciona no 7º, 8º e 9º anos, a entrevista foi realizada apenas com esta, considerando o maior número de turmas na escola. E esta foi uma das perguntas levantadas a docente. Após conhecer a lotação da entrevistada e o processo de formação superior da mesma, dirigiu-se a questão: As diretrizes curriculares de História são seguidas em suas aulas? A mesma afirmou que faz o possível para estar se atualizando, no entanto, não é conhecedora do conteúdo das diretrizes curriculares de História.

Em seguida, a professora falou sobre a importância do Ensino de História para os alunos do século XXI. Comentou que costuma falar sobre o que aconteceu no passado abrindo questionamentos sobre como está o presente e o que pode ser feito para melhorar o futuro. Para ela, o Ensino de História é importante porque partindo do passado, torna-se possível avaliar o presente para então, refletir para obter um futuro melhor.

Tendo em vista a fundamental importância do Ensino de História, realizaram-se as seguintes indagações: Quais são os materiais didáticos mais utilizados nas aulas de História? Como professora de História, você costuma seguir apenas o livro didático ou costuma utilizar outras fontes de pesquisa? O livro didático é um dos materiais didáticos utilizados pela docente, no entanto, não é o único, pois realiza pesquisas externas, utiliza *datashow*, televisão, DVD, revistas, jornais, cartolinas,

notebook, entre outros. No entanto, apesar do uso de outros materiais didáticos, o mais importante é o livro didático, pois nele estão contidas, sugestões de atividades extraclasse, contém textos que possibilitam resgatar fatos do passado colocando-os diante da realidade dos alunos. A professora mostrou que o livro não deve ser o único material de trabalho do docente.

Para o trabalho na Unidade Escolar Araújo Luz costuma-se seguir corretamente o calendário acadêmico, fazendo alterações, quando necessárias, para se adequar a realidade da localidade em que a escola se encontra e que os alunos residem. Bem como a adequação do calendário acadêmico, os conteúdos de História também devem ser moldados de acordo com a realidade dos discentes. Conforme a entrevistada, no mês de março de 2013, no 7º ano trabalhou-se “A Formação da Europa Feudal” e “Franco na Idade Moderna”; o 8º ano tratou sobre “A Expansão da América Portuguesa” e, no 9º ano “A Primeira e Segunda Revolução Industrial” e, “O Surgimento da Sociedade de Novas Tecnologias”.

As turmas do Ensino Fundamental II da Unidade Escolar Araújo Luz são compostas por aproximadamente 23 alunos no 6º ano, 25 alunos no 7º ano, 27 alunos do 8º ano e 21 alunos no 9º ano. Como é possível notar, a quantidade de discentes que compõem as turmas do 6º ao 9º ano é ideal para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Para a docente entrevistada, a maior dificuldade do ensino na Unidade Escolar Araújo Luz é a indisciplina de alguns alunos da escola, ocasionada pelo pouco acompanhamento dos familiares dos mesmos.

No momento final da entrevista, perguntou-se: Como docente de História com formação em Letras/Português, você tem conhecimento do que se trata a Lei 10.639/03? Caso tenha conhecimento, você trabalha a temática desta lei em suas aulas? A professora respondeu que não sabia do que se tratava a Lei 10.639/03, no entanto, após conhecer o assunto de que se trata, a mesma afirmou que a temática de História e Cultura Afro-brasileira é trabalhada apenas em datas comemorativas, sendo citada brevemente, no conteúdo de Colonização, em História do Brasil. Por este motivo, surgiu a necessidade de uma atividade complementar, por meio de debate com figuras, com duração de 30 minutos para o reconhecimento da Lei em questão.

Após obter as informações por parte da docente e a análise por meio de debate, houve a necessidade de lançar questionamentos, de maneira informal, e em

grupo, nas turmas do 7º ao 9º ano, em que as respostas foram obtidas em comum acordo. De acordo com os discentes, a História é a mais importante das disciplinas, porque mostra os fatos importantes que aconteceram no passado até os dias atuais. Para eles, a História é importante por ensinar relatos da antiguidade até os dias atuais, levando em consideração sua influência na formação do futuro.

Com relação aos materiais didáticos, os alunos afirmaram que a professora costuma utilizar livros didáticos, DVD, televisão, pesquisas em jornais e revistas. Entre os conteúdos de História que mais agrada aos alunos estão “A primeira Revolução Industrial” e “A Segunda Revolução Industrial”, e “A pré-história”.

Finalmente questionou-se: O que você acha do ensino de História e Cultura Afro-brasileira? E, como é tratada a questão do preconceito racial em sua escola? Conforme os alunos, o ensino de história e Cultura Afro-brasileira é de fundamental importância para a compreensão da formação da cultura do país, possibilita entender como ocorreu o processo de introdução da cultura afro-brasileira na sociedade, como meio de combater o preconceito racial. Na Unidade Escolar Araújo Luz, a questão do preconceito é tratada com seriedade, são realizadas palestras e campanhas a favor da igualdade entre os cidadãos da nação brasileira.

Analisou-se o depoimento da professora que trabalha na escola pesquisada, os relatos dos alunos e o debate desenvolvido e chegou-se a conclusão que o Ensino de História é importante para a formação de cidadãos críticos que estuda o passado e reconhece o presente, para então, tomar decisões importantes do futuro. Observou-se ainda, que a Lei 10.639/03 é uma ferramenta de sumo valor para o combate ao preconceito racial e conhecimento da cultura africana introduzida no Brasil, formando uma verdadeira identidade cultural, bem como a Lei 11.645/08.

A pesquisa priorizou o aspecto qualitativo sobre o quantitativo, tendo em vista a qualidade do Ensino de História na Unidade Escolar Araújo Luz, especialmente, nas turmas do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de ensino é tido como um espaço altamente promissor ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de potencialidades e conquistas adquiridas por meio da crítica e da reflexão. É por essa razão que as reformas da educação de vários países, as propostas curriculares, as leis e resoluções sobre o ensino e os projetos de investigação pedagógica, procuram hoje cada vez mais a estratégias de ação como autonomia das escolas.

Levando em conta a temática do trabalho, considera-se que a pesquisa e a análise da experiência vivenciada pelo educador em História levam a desenvolver um estudo, onde se enfatize a necessidade e a importância de uma ampla reflexão sobre a prática pedagógica direcionada para a construção de um ensino eficaz, atraente, curioso, abrangente e capaz de instrumentalizar o aluno para a compreensão das profundas transformações recentes. Considerando que o mundo atual é o resultado de um longo e contraditório processo histórico, que ficou marcado por revoltas, ilusões, alienações e fuga do pensamento real. Entretanto, a escola, enquanto uma Instituição Social deve promover o resgate do papel relevante que a educação desempenha na vida humana.

Dessa forma, o educador, quando questionado acerca de como o Ensino de História é visto atualmente, ressaltou que caracteriza como sendo um ensino crítico, reflexivo, autônomo e altamente diferente daquele ensino que antes era proposto nas escolas. Um ensino tradicional e direcionado apenas para conceitos prontos e acabados, exaltação de heróis, privilégio de cores, raças, costumes e civilizações.

Atualmente, o Ensino de História parte do debate e do conflito entre opiniões diferenciadas. Opiniões essas que caracterizam e dão subsídio para que esse ensino seja construído de forma diferente daquela que ele se formou.

Entretanto, como o Ensino de História por muitos tempos ficou conhecida como uma disciplina “decorativa”, o educador destacou que ao longo de sua prática docente disponibiliza para as aulas de História estratégias de ensino diversificadas, como: pesquisas, debates e discussões orais, confecção e exposição de cartazes, murais e painéis evolutivos visando assim, trabalhar de maneira prática e dinâmica os conteúdos programáticos na disciplina. Tendo em vista que se as aulas de História

forem conduzidas apenas utilizando o livro didático, essas aulas serão cansativas e sem aproveitamento nenhum na aprendizagem.

É de extrema importância que os conteúdos sejam trabalhados, de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Para tanto, deve-se estabelecer relações com o cotidiano do aluno, procurando motivar o aluno para as leituras, reflexões, esclarecimento de dúvidas, pois, é a sua participação que o tornará um sujeito pensante e crítico.

O processo pedagógico busca a dinâmica entre o sentir, o pensar e o agir. Promove a interação entre saber as práticas relacionadas à história, às sociedades e às culturas, possibilitando uma relação ensino/aprendizagem de forma efetiva, a partir de experiências vividas, múltiplas e diversas facetas que envolvem o ato de aprender.

A professora participante desse estudo destacou, informalmente, que realiza a avaliação da aprendizagem mensalmente (atividade escrita), porém, no decorrer do mês desenvolve atividades como debates, discussões, confecção de painéis, análises de filmes, questionamentos, entre outras ferramentas pedagógicas e, ela inclui todas essas ações dentro do seu processo avaliativo. Por isso, é possível concluir que o mesmo utiliza tanto aspectos quantitativos como também o qualitativo no decorrer de sua prática. Portanto, a avaliação acontece de forma contínua, gradativa, cumulativa e produtiva em todos os momentos da aprendizagem.

Hoffman (2000, p.51), expõe que a avaliação deve apresentar-se como uma “ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular e reformular hipóteses direcionadas para um saber enriquecido”. A avaliação da aprendizagem deve estar direcionada não para uma atividade meramente técnica, onde o professor utiliza como formas únicas os testes e exames escritos.

Por fim, a respeito do livro- didático, os textos, as ilustrações, os questionamentos, as sugestões de leitura. E, todos esses recursos disponibilizados no livro contribuem de maneira significativa na formação crítica e consciente dos alunos. Entretanto, cabe mencionar que é de extrema necessidade que o professor se baseie, no decorrer de sua prática docente, em outros livros para que aumente o seu nível de fundamentação e amplie o leque de sugestões e direcionamentos pedagógicos que os mesmos sugerem.

É de extrema importância que os conteúdos sejam trabalhados, de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Para tanto, deve-se estabelecer relações com o cotidiano do aluno, procurando motivar o aluno para as leituras, reflexões, esclarecimento de dúvidas, pois, é a sua participação que o tornará um sujeito pensante e crítico.

Vale considerar também que a interação professor-aluno deve acontecer de forma dinâmica capaz de fazer da sala de aula, um espaço de produção de conhecimento, onde a formação do educando ultrapasse o nível de informação e seja capaz de desenvolver habilidades e defender as suas ideias e opiniões acerca de um determinado tema.

Nessa perspectiva, por meio da leitura desse trabalho foi possível conhecer o perfil da docente de História no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), evidenciando as principais dificuldades enfrentadas pela mesma no decorrer de sua prática pedagógica, bem como, delinear novas propostas para o ensino, pautadas em ideais de formação crítica e de respeito à valorização da diversidade cultural, como por exemplo, a análise teórica da aplicabilidade em sala de aula da Lei nº 10.639/03 que dispõe sobre a História e Cultura Afro-brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Hugo; CRISTINA, Vanessa. **As contribuições e potencialidades dos conceitos de memória e história oral na área da ciência da informação**. Artigo científico. 2011.

BAZZAN, Felipe Tancini. **Trabalho Escravo contemporâneo**. Trabalho de Conclusão do Curso de direito. UNICOC. Ribeirão Preto. 2006.

BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares** para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, Outubro, 2004.

BRASIL, LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96, de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 10.639**. Brasília, janeiro de 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 11.645**. Brasília, março de 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.166p.

CERTEAN, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel- 2 ed. –Rio de Janeiro: forense universitária, 2010.

DIEHL, A.A. (Org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. 2.ed. Passo fundo:UPF, 2002.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação/ Jorge Duarte, Antônio Barros, Organizadores. -2. ed. – reimpr. –São Paulo: Atlas, 2006.

EDUCAÇÃO, Conselho Estadual. **Deliberação n. 04/06. Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Estado do Paraná. Aprovada em 02/08/06.

FERNANDES, Florestan. In: IANNI, Octávio. **Florestan Fernandes**. Editora: Parâmetro, 1991.

FREITAS, A.M. de. **História Oral: Possibilidades e Procedimento**. 2ª edição. Abril. 2006.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construindo um novo currículo de História**. In: NIKITIUK, Sonia L. (org). Repensando o Ensino de História. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JÚNIOR, Celso Luiz. **O cinema como fonte de pesquisa na sala de aula: análise fílmica sobre a resistência armada à ditadura militar brasileira**. Maringá: 2008.

KANTOVITZ, Geane. **O currículo de História e o Livro Didático do Ensino Médio da Rede Salesiana de Escolas**. IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. Florianópolis: SC. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. Artigo científico. 2010.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

MACHADO, Ironita. **O Ensino de História sob uma nova perspectiva**. In: DIEHL, Astor (org.). O livro didático e o currículo de História em transição. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

MEDEIROS, Ângela Cordeiro; ALMEIDA, Eduardo ribeiro de. **História e Cultura Afro-Brasileira: Possibilidades e Impossibilidades na Aplicação da Lei 10.639/03**. Revista agora, Vitória, n.5. 2007, p.1-12.

MINAYO, M.C. de S.[et al] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2.ed. Rio de Janeiro: vozes, 1994.

MOURA, Glória. Navio Negroiro. **Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996.

NETA, Francisca Izabel de Sousa. **O Ensino de História em Buriti dos Lopes: uma reflexão sobre a construção de sujeitos mais conscientes do seu dever político e social**. Fórum Internacional de Pedagogia. Campina Grande, Realize Editora, 2012.

OLIVEIRA, Isabella Santana. **Livro Didático e Ensino de História: um estudo de eixos temáticos no Ensino Fundamental II**. UESC. 2010.

OLIVEIRA, Marlon; LOPEZ, Ana Paula; JAYANE, Evilen. **Saberes Históricos: Ensino, Formação e Práticas Docentes**. Artigo científico, 2011.

OVANE, Adama; MELO, Alberto; SHERPARD, Dalila; GRIDSBY, Katherine; FÁVERO, Osmar; HENRIQUES, Ricardo. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, Aldiceia Machado. **A importância da história local para o ensino de história: um olhar para o município de Duque de Caxias**. Artigo científico. UERJ/FEBF. (_).

PEREIRA, Marcel vera. **Breve análise sobre o sistema de cotas para negros nas universidades públicas no Brasil e sua inconstitucionalidade**. Faculdades Integradas. Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente. 2010.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.p.56.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. **Proposta Metodológica para o Ensino de História**. Campus de Frederico Westphalen. Alto Uruguai e das Missões. (_).

SIMAN, Lana Mara de Castro; VILLALTA, Luiz Carlos; NUNES, Maria Therezinha. Colaboração: RICCI, Claudia Sapag. **Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental- 6º ao 9º ano**. Belo Horizonte: Atual, 2003.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. **Os desafios do Ensino de História no Brasil**. Professores m formação. ISEC; ISED. N.1. 2º semestre de 2010.

STUMPF, I.R.C. **Pesquisa bibliográfica**. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação/ Jorge Duarte, Antônio Barros- organizadores.- 2.ed. – reimpr- São Paulo: atlas, 2008.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.165-203.